



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



LUCAS FEITOSA ANDRADE

**USO DE CÂMERAS CORPORAIS PELOS POLICIAIS SOB A PERCEPÇÃO DOS
ALUNOS DA ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS**

GOIÂNIA-GO

2024

LUCAS FEITOSA ANDRADE

**USO DE CÂMERAS CORPORAIS PELOS POLICIAIS SOB A PERCEPÇÃO DOS
ALUNOS DA ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Major Leonidio Alves de Moraes Junior.

GOIÂNIA-GO

2024

USO DE CÂMERAS CORPORAIS PELOS POLICIAIS SOB A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DA ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

USE OF BODY CAMERAS BY POLICE OFFICERS UNDER THE PERCEPTION OF GOIÁS MILITARY POLICE ACADEMY STUDENTS

Lucas Feitosa Andrade¹
Leonidio Alves de Moraes Junior²

Resumo

Diante da crescente adoção de câmeras corporais por policiais em diversas jurisdições, surge a necessidade de investigar a percepção dos alunos da Academia da Polícia Militar de Goiás em relação ao uso desses dispositivos. Assim, investigou a percepção de 38 alunos soldados da Academia da Polícia Militar de Goiás sobre o uso de câmeras corporais por policiais. A análise dos dados revelou uma variedade de opiniões e preocupações dos participantes em relação a esses dispositivos. A maioria dos alunos soldados expressou uma visão desfavorável sobre o uso das câmeras corporais, destacando preocupações sobre privacidade, transparência e possíveis impactos negativos no comportamento policial durante as interações com a comunidade. Houve divergências significativas na percepção sobre como as câmeras corporais podem influenciar a transparência das ações policiais e o comportamento dos policiais durante o treinamento e as interações com a comunidade. Os resultados também indicaram a importância do treinamento específico sobre o uso ético e eficaz das câmeras corporais. Conclui-se destacando a necessidade de se abordar questões éticas, oferecer treinamento adequado e adaptar a implementação às necessidades locais para garantir o uso responsável e eficaz dessas importantes ferramentas de aplicação da lei.

Palavras-chave: Câmeras Corporais. Polícia Militar. Transparência. Privacidade.

Abstract

In the face of the growing adoption of body-worn cameras by police in various jurisdictions, there is a need to investigate the perception of students at the Military Police Academy of Goiás regarding the use of these devices. Thus, the perception of 38 cadet students from the Military Police Academy of Goiás regarding the use of body-worn cameras by police was investigated. Data analysis revealed a variety of opinions and concerns among the participants regarding these devices. The majority of cadet students expressed an unfavorable view of the use of body-worn cameras, highlighting concerns about privacy, transparency, and potential negative impacts on police behavior during interactions with the community. There were significant divergences in perception regarding how body-worn cameras can influence the transparency of police actions and police behavior during training and interactions with the community. The results also indicated the importance of specific training on the ethical and effective use of body-worn cameras. It is concluded by emphasizing the need to address ethical issues, provide adequate training, and tailor implementation to local needs to ensure the responsible and effective use of these important law enforcement tools.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: lucasfanndrade@gmail.com. Telefone: (61) 98277-1842.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em X e Especialista em X Email: leonidioamj@pm.go.gov.br. Telefone: (62) 99969-5697

Keywords: Body-Worn Cameras. Military Police. Transparency. Privacy.

1 INTRODUÇÃO

Em um contexto marcado por debates sobre ética e legitimidade nas práticas policiais, essas câmeras são consideradas relevantes para aprimorar a prestação de contas e a confiança da comunidade. A pesquisa pretende identificar as atitudes, preocupações e expectativas dos alunos em relação ao uso desses dispositivos, abordando temas como privacidade, desempenho profissional e o impacto na relação com a comunidade. Compreender a perspectiva dos futuros policiais é fundamental para uma implementação ética e eficaz das câmeras corporais.

A pesquisa aborda a crescente demanda por transparência nas instituições policiais, destacando as câmeras corporais como uma ferramenta promissora para promover responsabilidade e confiança nas interações entre policiais e cidadãos. No contexto da Academia da Polícia Militar de Goiás, a pesquisa investiga a percepção dos alunos sobre o uso desses dispositivos, buscando informações relevantes sobre os impactos psicossociais, éticos e operacionais.

O estudo visa contribuir para diretrizes alinhadas com as necessidades dos agentes de segurança, antecipando desafios na implementação das câmeras corporais. Respeitando a participação ativa dos profissionais em formação, a pesquisa pretende promover uma implementação mais eficaz e ética dessas tecnologias, fortalecendo a transparência e confiabilidade na segurança pública. A investigação proposta pretende agregar na literatura acadêmica, oferecendo subsídios para aprimorar o uso das câmeras corporais na Polícia Militar de Goiás, contribuindo para o debate sobre tecnologias de vigilância nas instituições de segurança pública.

Diante da crescente adoção de câmeras corporais por policiais em diversas jurisdições, surge a necessidade de investigar a percepção dos alunos da Academia da Polícia Militar de Goiás em relação ao uso desses dispositivos. Portanto, a pesquisa pretende responder a seguinte questão: Qual é a percepção dos alunos da Academia da Polícia Militar de Goiás em relação ao uso de câmeras corporais por policiais e como essa percepção pode impactar na aceitação e eficácia dessa tecnologia no contexto policial?

Investigar e analisar a percepção dos alunos da Academia da Polícia Militar de Goiás sobre a utilização de câmeras corporais por policiais para compreender os impactos percebidos em relação à transparência, responsabilidade, eficácia e relações interpessoais, a fim de fornecer subsídios para reflexões e possíveis aprimoramentos nas práticas de uso dessa tecnologia no contexto policial.

Na abordagem metodológica, o estudo busca compreender a perspectiva dos alunos da Academia da Polícia Militar de Goiás em relação às câmeras corporais, adotando uma estratégia de amostragem representativa. Para coletar dados, será elaborado um questionário estruturado contendo perguntas fechadas sobre aceitação, impacto na segurança, privacidade e eficácia percebida. A aplicação dos questionários ocorrerá online, com a garantia de confidencialidade. A pesquisa também adota uma abordagem documental comparativa, identificando estados brasileiros que já implementaram câmeras corporais na atuação policial.

2 REVISÃO TEÓRICA

A Constituição Federal de 1988 estabelece a segurança pública como dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, impondo ao Estado a obrigação de garantir a segurança pública, empregando a força policial entre outras medidas. No cenário atual, Estado e agentes buscam aprimorar a eficácia na segurança, utilizando ferramentas como treinamento, tecnologia, armamento, veículos e infraestrutura física. Entre essas ferramentas, as câmeras de vigilância ganham destaque e são amplamente utilizadas, especialmente em ambientes públicos. (Greco, 2020).

A formação histórica do Brasil desempenha um papel fundamental na compreensão da estrutura e função das forças de segurança, cujas origens remontam ao contexto escravagista e à subalternização dos corpos negros. Além das complexidades de classe e raça presentes na atuação policial, existe a crescente preocupação com o risco democrático decorrente das ações e posturas das forças de segurança. (Zetek, 2023).

Durante os últimos quatro anos do governo Bolsonaro, houve uma vigilância cautelosa em relação aos potenciais riscos associados à influência do braço armado do Estado. A invasão das sedes do Executivo, Legislativo e Judiciário em 8 de janeiro de 2023, com suspeitas de conivência do Exército e parte da Polícia Militar do Distrito Federal, intensificou a percepção da necessidade de maior controle nas atividades policiais, resultando na implementação de vários mecanismos, incluindo a adoção crescente de câmeras corporais.

Anteriormente restritas a viaturas, essas câmeras agora integram o uniforme dos agentes policiais. (Zetek, 2023).

De acordo com Lima et al. (2022), essa tecnologia, há anos presente em países como Estados Unidos, Reino Unido e Canadá, chega ao Brasil como uma promissora medida de contenção da violência policial, que, apesar de uma leve redução em 2022, continua a atingir níveis alarmantes, superando 6.000 vidas anualmente, conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

O Rio de Janeiro lidera em número de câmeras instaladas nas áreas urbanas no Brasil, seguido por Salvador e São Paulo. Internacionalmente, a Índia destaca-se, ocupando os três primeiros lugares do ranking com as cidades de Indore, Haiderabade e Deli. As câmeras de segurança, inicialmente adotadas por particulares, foram oficialmente introduzidas no Brasil pela Lei 1.034 de 1969, expandindo-se rapidamente em diversos setores públicos, inclusive nas ruas. (Lima et al., 2022).

Quanto às câmeras corporais, Oliveira (2023) explica que a ideia de incorporá-las ao uniforme dos policiais originou-se em discussões e propostas inspiradas em experiências de outros países, como Estados Unidos e Inglaterra. Esse dispositivo de segurança, buscando monitorar e vigiar as atividades dos policiais durante o trabalho, está sendo implementado como uma medida importante para garantir a vigilância eficaz.

Para Greco (2020), a responsabilidade do Estado na promoção da segurança pública, conforme previsto no artigo 144 da Constituição, exige que a Polícia Militar realize o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Para que a polícia atue de maneira eficiente, é importante adotar práticas que favoreçam a percepção social de sua legitimidade no exercício do poder. Em circunstâncias excepcionais, a polícia pode recorrer à força para cumprir preceitos legais e constitucionais, visando estabelecer um ambiente de respeito e cooperação entre cidadãos e policiais, em prol do bem comum.

Monteiro et al. (2022) esclarecem que o tema da segurança pública tem ganhado proeminência devido ao aumento da violência enfrentada diariamente pela população, especialmente no Brasil. Esse cenário tem gerado clamores por uma resposta mais enérgica das autoridades em relação à punição penal. Diante desse contexto, com o intuito de abordar essa problemática e aprimorar a atuação policial, novas alternativas foram exploradas, sendo uma delas a utilização de tecnologias inovadoras para otimizar os serviços prestados. Assim, destaca-se a adoção da câmera corporal individual, que pode ser integrada ao uniforme dos policiais, garantindo a transparência das ações policiais e proporcionando resultados positivos adicionais.

Oliveira e Favero (2022) ressaltam que as forças policiais nos Estados Unidos foram pioneiras na incorporação de câmeras corporais, sendo que em algumas cidades essa tecnologia é empregada há cerca de duas décadas. No âmbito brasileiro, Polícias Militares de São Paulo, Santa Catarina e Rondônia já adotam câmeras individuais para a tropa dedicada ao policiamento ostensivo, contando com o respaldo do Tribunal de Justiça do Estado e a colaboração do Instituto Igarapé na pesquisa e desenvolvimento. No entanto, é relevante salientar que ainda não há uma legislação que regulamente o uso de câmeras corporais individuais, levando as polícias a empregar regimentos destinados a câmeras em viaturas como medida temporária para suprir a falta de regulamentação.

A ideia central por trás do emprego de câmeras corporais nunca foi apenas o controle e a fiscalização dos policiais, mas sim a vigilância sobre suas atividades, facilitando a coleta de provas para colaborar nos processos de inquérito e proteger os policiais contra denúncias infundadas. Uma das principais vantagens das câmeras corporais é a promoção da transparência e publicidade das ações policiais, pois as gravações podem ser essenciais como elementos de prova imparciais. (Genghini; Oliveira; Fabretti, 2023).

Ademais, as câmeras operacionais portáteis (COP) têm um potencial educacional significativo, contribuindo para uma melhor profissionalização da polícia. Registrando integralmente as ocorrências, essas câmeras permitem analisar a eficácia das abordagens policiais, aprimorar técnicas e servir como fonte de dados para planejamento de operações, cursos e treinamentos. (Junior, 2022).

As COPs, com acesso à internet, capacidade de filmar, fotografar, transmitir em tempo real e fornecer localização por meio de GPS, são utilizadas em diversas situações, como abordagens policiais, fiscalizações de trânsito, acidentes e calamidades. Seu propósito não é apenas controlar os policiais, mas também gerar provas mais robustas e contribuir para a redução da letalidade e violência policial, resultando em um impacto positivo na segurança pública. (Junior, 2022).

Efetivamente, esse cenário foi observado em São Paulo, onde uma análise conduzida pela própria corporação do estado revelou que a presença de câmeras resultou em uma redução significativa de 87% nos confrontos policiais, enquanto as resistências às abordagens policiais diminuíram em 32,7% nas unidades equipadas com câmeras corporais. Paralelamente, os flagrantes aumentaram em 41,4%, e as apreensões de armas de fogo tiveram um acréscimo de 12,9% em comparação com os batalhões que não utilizam esses dispositivos. (Carrança, 2021).

Um estudo conduzido por pesquisadores das universidades de Warwick, Queen Mary e da London School of Economics, no Reino Unido, juntamente com a PUC-Rio, em parceria com a Polícia Militar de Santa Catarina, também constatou uma melhoria na qualidade dos dados fornecidos pelos policiais, com um aumento na produção de boletins de ocorrência encaminhados à Polícia Civil (Carranço, 2021).

Conforme Carranço (2021) destaca, os pesquisadores indicam que as câmeras têm um impacto significativo na dinâmica entre policiais e civis durante ocorrências, com uma redução de 28,5% nas acusações de desacato, desobediência ou resistência contra cidadãos. Houve um aumento de 9,2% na produção de registros de ocorrências destinados à Polícia Civil e um crescimento de 19,2% nos registros de ocorrências envolvendo vítimas.

O uso das Câmeras Operacionais Portáteis (COPs) também resultou em uma diminuição de até 61,2% no uso de força pelos agentes de segurança, englobando força física, armas letais e não letais, além de uma queda de 6,2% no uso de algemas e na realização de prisões em ocorrências com a presença de civis. Em situações de violência doméstica, por exemplo, houve um aumento nos registros em 67,5%, indicando que, sem as câmeras, esse tipo de ocorrência muitas vezes não era reportado ou era registrado sob outras classificações. Os dados também sugerem que o efeito é mais pronunciado em ocorrências de baixo risco, com uma redução de 48% nas interações negativas durante o experimento, evidenciando que as câmeras previnem a escalada de abordagens simples para situações que exigem o uso da força (Carranço, 2021).

De acordo com Zetek (2023), as câmeras corporais não só supervisionam a legalidade nas interações entre policiais e cidadãos, reduzindo casos de violência, mas também desempenham uma função importante na produção de provas a partir das ocorrências. Os registros das câmeras corporais têm sido utilizados para identificar supostos crimes, assim como para inocentar e destacar ações corretas de policiais em serviço.

Oliveira (2023) afirma que as imagens geradas por essas câmeras ajudam a esclarecer dúvidas sobre a atuação policial durante confrontos, proporcionando resultados mais transparentes nas ações policiais. Elas podem confirmar ou inibir a ocorrência de excessos no atendimento a incidentes, sendo valiosas não apenas na formação da opinião pública, mas também no controle externo da atividade policial e na proteção dos direitos humanos.

Sob essa perspectiva, as câmeras corporais emergem como valiosas aliadas ao policiamento, pois, apesar de sua dimensão reduzida, são facilmente perceptíveis, cultivando uma sensação elevada de autoconsciência nos agentes, acionando a parte racional do cérebro

que visa evitar situações originadas por impulsos instintivos. Em princípio, há uma maior probabilidade de detectar condutas inadequadas, hostilidades ou atos criminosos, levando tanto o cidadão quanto o policial a moderar suas ações. (Genghini; Oliveira; Fabretti, 2023).

Outrossim, segundo Lima et al. (2022), assegurar a conformidade com as leis figura como um dos principais objetivos de todo sistema de segurança e justiça. Contudo, o acatamento irrestrito à lei nunca é garantido, destacando um dos desafios enfrentados por qualquer estado, que consiste em ampliar a disposição dos cidadãos em respeitá-las. Nesse contexto, a constante vigilância da população revela-se como uma alternativa eficaz para garantir a observância das normas.

De acordo com Monteiro et al. (2022), a teoria da dissuasão, quando os indivíduos estão cientes de que estão sendo observados e que qualquer comportamento potencialmente ilegal ou ilícito pode resultar em repercussões sérias e sanções, eles sentem-se dissuadidos de agir fora dos limites legais. Ademais, é importante destacar que a mesma tecnologia tem a capacidade de oferecer controle interno da polícia, eficácia probatória, redução de recursos destinados à investigação de denúncias contra policiais, dados para a gestão de informações operacionais, meios de treinamento por meio da análise posterior das atuações e proteção policial.

Infere-se que a implementação de câmeras corporais não apenas amplia a percepção de responsabilidade e transparência no âmbito policial, mas também atende a uma lógica de dissuasão, conforme preconizado pela teoria mencionada. A consciência de que as ações estão sendo registradas e podem acarretar consequências sérias desencoraja comportamentos impróprios e promove uma conduta mais alinhada com as normas legais.

Essa tecnologia vai além do mero monitoramento externo, oferecendo benefícios internos para as forças de segurança. Ao proporcionar um "controle interno da polícia", as câmeras corporais possibilitam uma revisão interna das práticas policiais, contribuindo para aprimoramentos constantes. A eficácia probatória proporcionada pelas gravações não apenas fortalece a credibilidade das ações policiais, mas também reduz a necessidade de recursos extensivos na apuração de denúncias contra agentes de segurança. (Oliveira; Fávero, 2022).

Dessa forma, conforme Junior (2022), as câmeras corporais fornecem dados valiosos para a gestão de informações operacionais, permitindo uma análise mais precisa das dinâmicas do policiamento. Essas informações não apenas facilitam a tomada de decisões estratégicas, mas também contribuem para o desenvolvimento de políticas públicas mais alinhadas com as necessidades da comunidade.

A capacidade das câmeras corporais de servirem como ferramentas de treinamento é inestimável. Ao analisar retrospectivamente as atuações, os policiais podem aprimorar suas habilidades, adotar melhores práticas e enfrentar desafios específicos de forma mais eficaz. Isso, por sua vez, promove uma força policial mais capacitada e adaptável às demandas em constante evolução da segurança pública. (Oliveira, 2023).

De acordo com Zetek (2023), a proteção policial proporcionada pela presença das câmeras corporais não se limita apenas à documentação de eventos. Essa tecnologia pode agir como um escudo contra denúncias infundadas ou distorções dos fatos, oferecendo uma narrativa objetiva e imparcial das interações policiais. Assim, as câmeras corporais desempenham um papel multifacetado, abordando questões de responsabilidade, dissuasão, eficácia operacional e proteção tanto para os policiais quanto para a comunidade que eles servem.

3 METODOLOGIA

A metodologia deste estudo será conduzida em diversas etapas, visando atender ao objetivo principal de demonstrar a percepção dos alunos soldados em formação na Academia da Polícia Militar de Goiás sobre a utilização de câmeras corporais no trabalho policial. Além disso, serão abordados os cenários e objetivos específicos nos quais essa ferramenta se mostra importante.

A primeira etapa consistirá em uma revisão bibliográfica abrangente. Serão consultadas fontes diversas, incluindo livros, artigos científicos, teses e documentos oficiais relacionados ao uso de instrumentos de menor potencial ofensivo, com ênfase em agentes lacrimogênicos. A revisão terá como objetivo principal fornecer uma base teórica sólida para o estudo. A partir da revisão bibliográfica, serão selecionados artigos científicos relevantes que abordem o tema, onde a seleção será baseada em critérios de relevância e atualidade, garantindo a inclusão de informações pertinentes ao tema.

Será realizada uma pesquisa de campo para complementar as informações obtidas na revisão bibliográfica. O universo da pesquisa será a Academia da Polícia Militar de Goiás. Esta etapa envolverá a coleta de dados por meio de questionário semiestruturadas através do Google Forms com alunos soldados. A aplicação dos questionários ocorrerá online, com a garantia de confidencialidade. A pesquisa também adota uma abordagem documental

comparativa, identificando estados brasileiros que já implementaram câmeras corporais na atuação policial.

Os dados obtidos por meio da revisão bibliográfica e da pesquisa de campo serão submetidos a uma análise qualitativa. Serão identificados padrões, tendências e relações relevantes para a compreensão da utilização de instrumentos de menor potencial ofensivo.

Nesta etapa, os resultados obtidos serão discutidos em relação ao objetivo do estudo. Serão feitas análises críticas, considerando a eficácia e as implicações éticas do uso de câmeras corporais no trabalho policial. Assim, serão apresentadas conclusões sobre o tema.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a participação ativa de 38 alunos soldados da Academia da Polícia Militar de Goiás, este estudo busca agora explorar e analisar os dados obtidos, proporcionando uma visão geral sobre a percepção desses futuros profissionais em relação ao uso de câmeras corporais por policiais.

A análise demográfica revelou uma distribuição representativa dos participantes em diferentes faixas etárias. A maioria dos respondentes (21 participantes) encontra-se na faixa de 28 a 32 anos, seguida por 13 participantes na faixa de 23 a 27 anos e 4 na faixa de 18 a 22 anos. No que diz respeito ao gênero, a participação foi predominantemente masculina, com 34 participantes do sexo masculino e 4 do sexo feminino.

Quanto ao conhecimento prévio sobre o uso de câmeras corporais antes de ingressarem na Academia da Polícia Militar de Goiás, a maioria dos participantes (35) indicou que possuía tal conhecimento. Esse resultado sugere que a tecnologia das câmeras corporais já é uma realidade percebida pelos futuros policiais antes mesmo do início de sua formação.

A predominância masculina no grupo de participantes reflete uma característica comum nas forças policiais, como discutido por Zetek (2023) ao mencionar complexidades de classe, raça e gênero. A disparidade de gênero pode impactar na avaliação das câmeras corporais, considerando diferentes percepções e necessidades entre homens e mulheres na força policial. Além disso, a maioria dos participantes já possuía conhecimento prévio sobre câmeras corporais, corroborando a ideia de que a discussão sobre essa tecnologia está disseminada, como indicado por Lima et al. (2022).

A distribuição etária diversificada sugere uma representação abrangente de experiências de vida, alinhando-se à discussão de Monteiro et al. (2022) sobre a necessidade

de abordar a problemática da violência considerando diferentes perspectivas. Essa diversidade pode influenciar as atitudes em relação às câmeras corporais, especialmente em termos de percepções éticas e operacionais.

A constatação de que a maioria dos participantes já tinha conhecimento prévio sobre câmeras corporais aponta para a relevância da discussão sobre transparência e responsabilidade nas instituições policiais, como destacado por Carrança (2021) e Genghini; Oliveira; Fabretti (2023). Esse conhecimento prévio pode influenciar as expectativas e atitudes dos futuros policiais em relação ao uso desses dispositivos.

A maioria esmagadora dos participantes (30) expressou uma opinião desfavorável em relação ao uso de câmeras corporais por policiais, enquanto apenas 4 participantes manifestaram uma opinião favorável e outros 4 permaneceram neutros, conforme o gráfico 1.

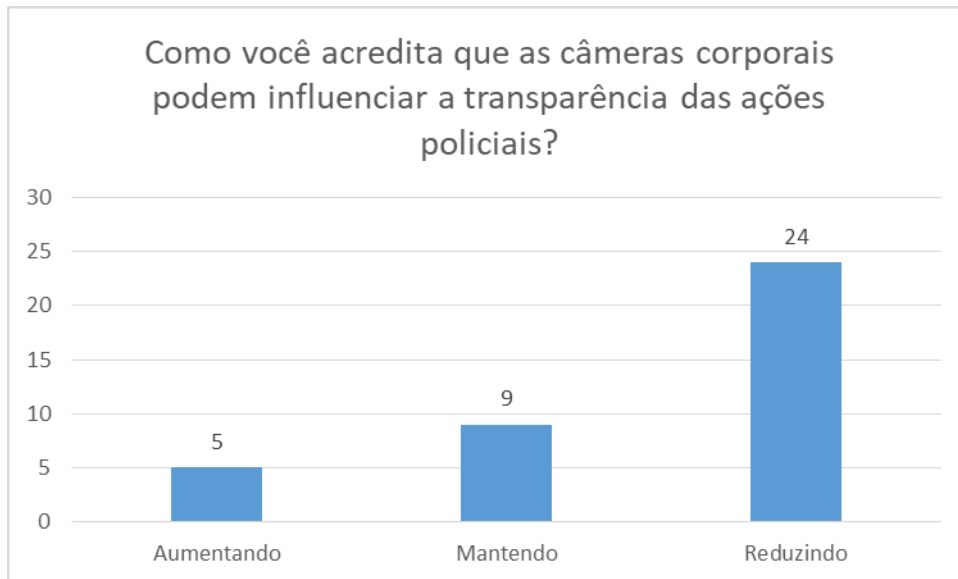
Gráfico 1: Opinião sobre o uso de câmeras corporais



Fonte: O Autor (2024).

Quanto à percepção sobre como as câmeras corporais podem influenciar a transparência das ações policiais, os resultados indicam uma divisão significativa. Um número considerável de participantes (24) acredita que o uso desses dispositivos pode reduzir a transparência, enquanto uma parcela menor (5) acredita que pode aumentar. Outros participantes (9) mantiveram uma visão neutra, conforme o gráfico 2.

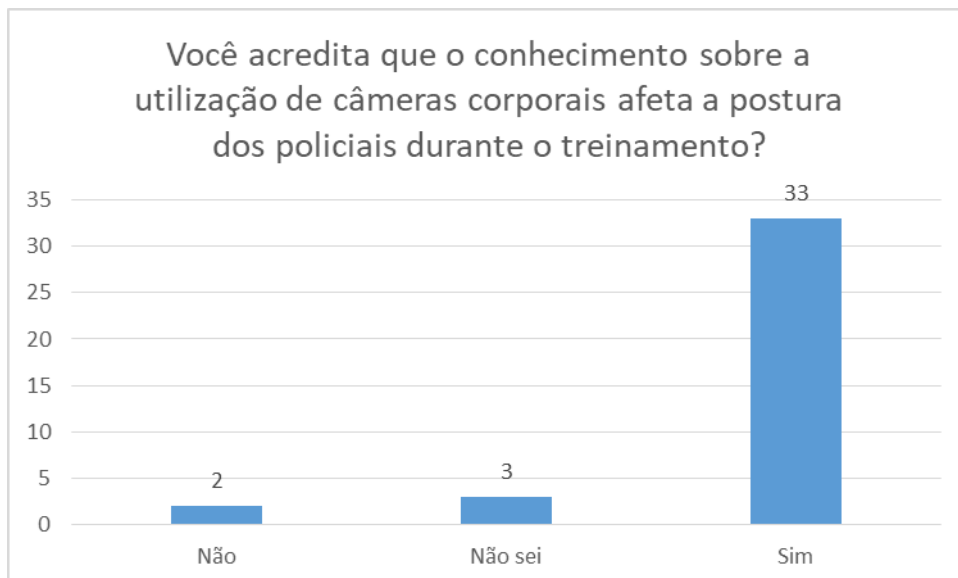
Gráfico 2: Influência das câmeras corporais na transparência das ações



Fonte: O Autor (2024).

Quanto à crença na influência do conhecimento sobre câmeras corporais na postura dos policiais durante o treinamento, a maioria dos participantes (33) acredita que sim, indicando que o conhecimento prévio sobre a utilização desses dispositivos afeta a forma como os policiais se comportam durante o treinamento, de acordo com o gráfico 3.

Gráfico 3: Conhecimento e postura no treinamento



Fonte: O Autor (2024).

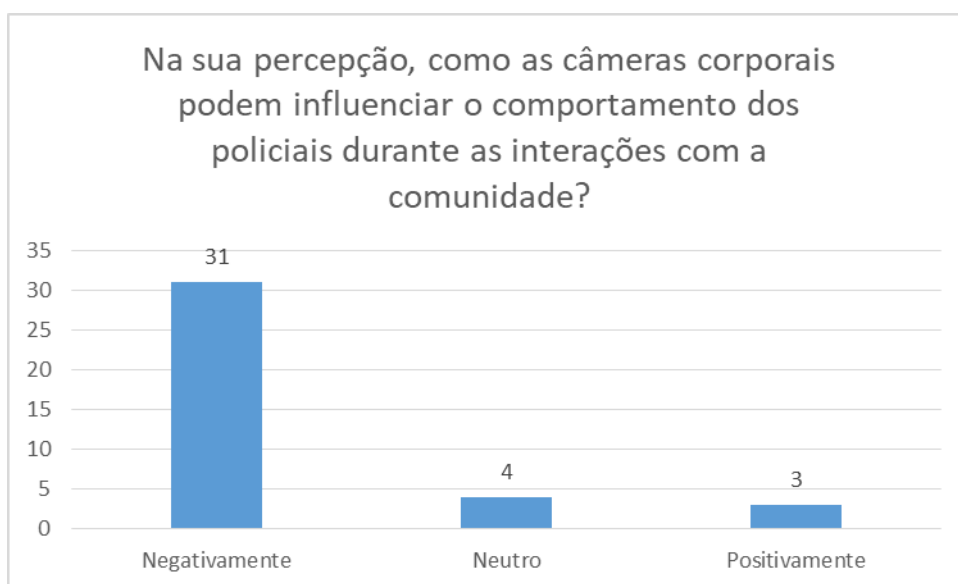
Os resultados refletem a complexidade das atitudes em relação às câmeras corporais por parte dos futuros policiais. A opinião desfavorável expressa pela maioria pode ser entendida à luz das preocupações levantadas por autores como Carrança (2021) sobre o receio de uma possível exposição excessiva e interpretação inadequada das ações policiais.

A divergência na percepção sobre o impacto na transparência, com uma significativa parcela acreditando que as câmeras podem reduzi-la, sugere a existência de receios ou ceticismo em relação aos benefícios apontados por autores como Oliveira (2023) e Genghini; Oliveira; Fabretti (2023). A necessidade de uma abordagem sensível, considerando as preocupações dos policiais, é vital na implementação desses dispositivos.

A crença generalizada na influência do conhecimento sobre câmeras corporais na postura dos policiais durante o treinamento confirma a perspectiva discutida por Lima et al. (2022) e Carrança (2021) sobre a capacidade desses dispositivos de moldar comportamentos quando há consciência da vigilância. No entanto, a presença de participantes que não acreditam nessa influência destaca a diversidade de opiniões e a necessidade de abordagens personalizadas durante o treinamento.

A maioria esmagadora dos participantes (31) expressou a percepção de que as câmeras corporais influenciam negativamente o comportamento dos policiais durante as interações com a comunidade, enquanto uma parcela menor permaneceu neutra (4) e apenas 3 acreditam em uma influência positiva, de acordo com gráfico 4.

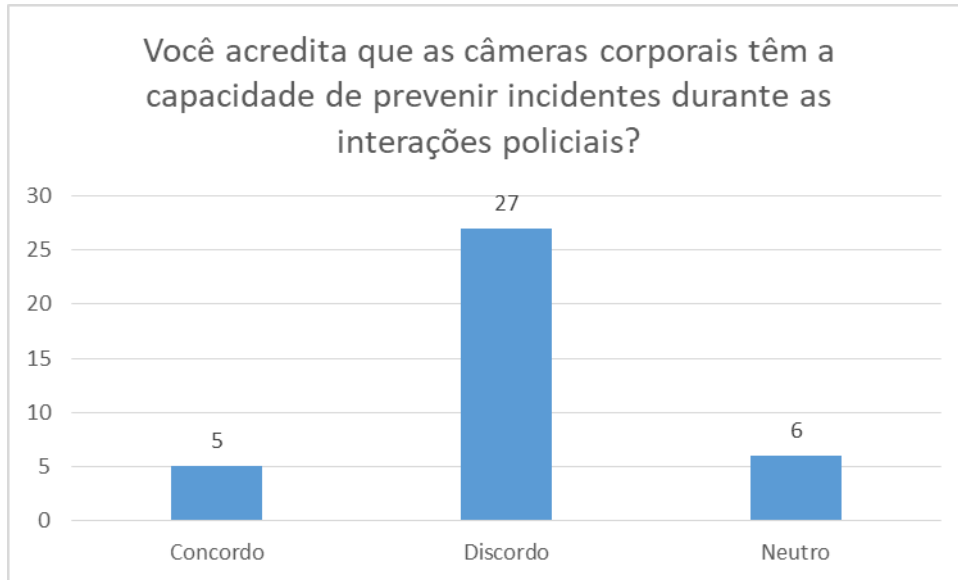
Gráfico 4: Influência das câmeras no comportamento



Fonte: O Autor (2024).

Quando questionados sobre a capacidade das câmeras corporais de prevenir incidentes durante as interações policiais, a maioria dos participantes (27) discordou, enquanto uma parcela menor concordou (5) e 6 permaneceram neutros, conforme o gráfico 5.

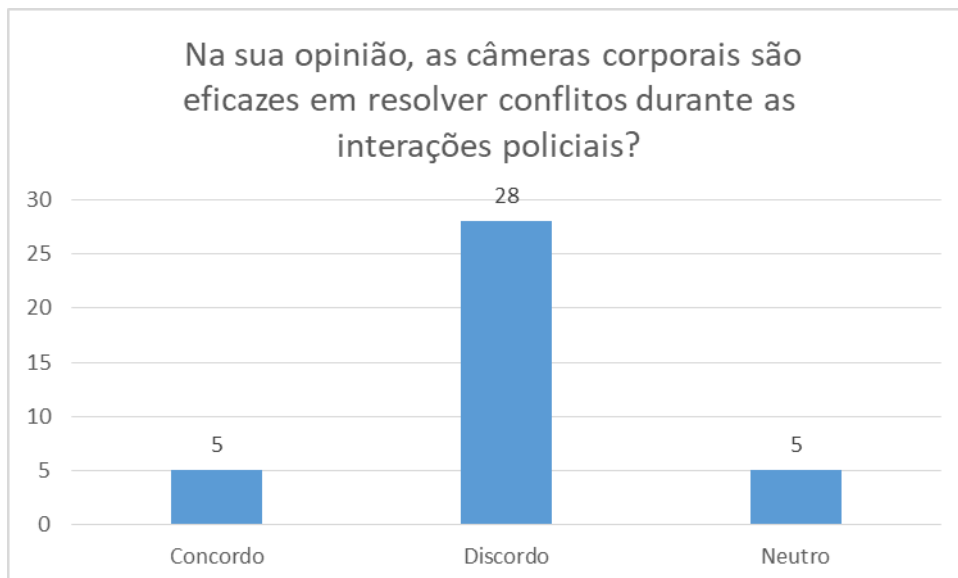
Gráfico 5: Prevenção de incidentes nas interações



Fonte: O Autor (2024).

Quanto à opinião sobre a eficácia das câmeras corporais na resolução de conflitos durante as interações policiais, a maioria dos participantes (28) discordou, enquanto uma parcela menor concordou (5) e 5 permaneceram neutros, de acordo com o gráfico 6.

Gráfico 6: Eficácia para resolução dos conflitos



Fonte: O Autor (2024).

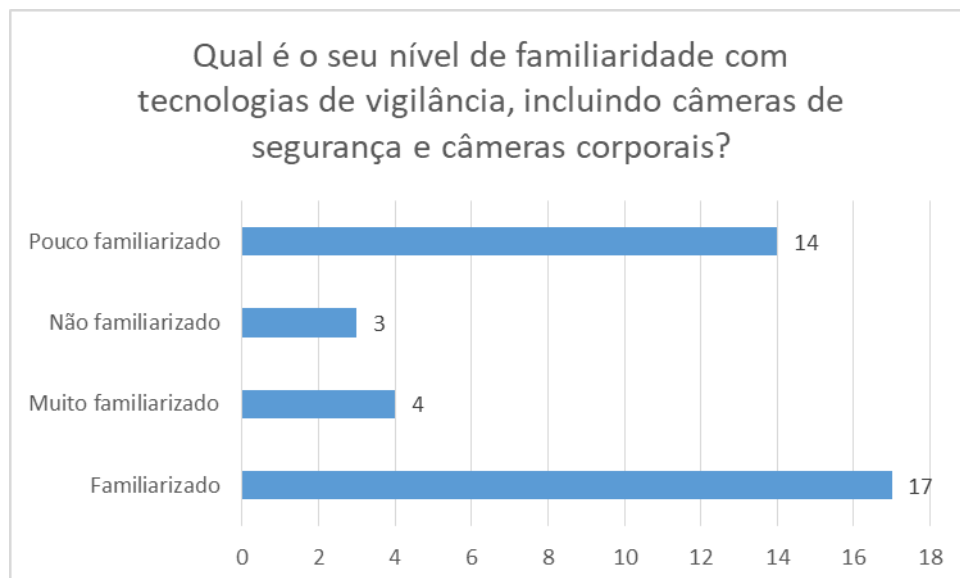
Os resultados evidenciam a preocupação dos participantes sobre os potenciais efeitos negativos das câmeras corporais nas interações com a comunidade. Isso alinha-se à discussão de autores como Carrança (2021) sobre a resistência e possíveis impactos adversos no comportamento dos policiais.

A discordância em relação à capacidade de prevenção de incidentes sugere a necessidade de considerar fatores adicionais na implementação dessas tecnologias, como treinamento e políticas organizacionais, destacando a complexidade do contexto policial, conforme Oliveira (2023).

De acordo com Genghini, Oliveira e Fabretti (2023) a falta de consenso sobre a eficácia na resolução de conflitos ressalta a importância de abordagens holísticas na implementação de câmeras corporais, incorporando estratégias de resolução de conflitos e treinamento em comunicação para garantir resultados efetivos.

Os resultados revelam uma variação significativa nos níveis de familiaridade dos participantes com tecnologias de vigilância, incluindo câmeras de segurança e câmeras corporais. A maioria dos participantes se considera familiarizada (17) ou muito familiarizada (4) com essas tecnologias, enquanto 14 se consideram pouco familiarizados e 3 não familiarizados, de acordo com o gráfico 7.

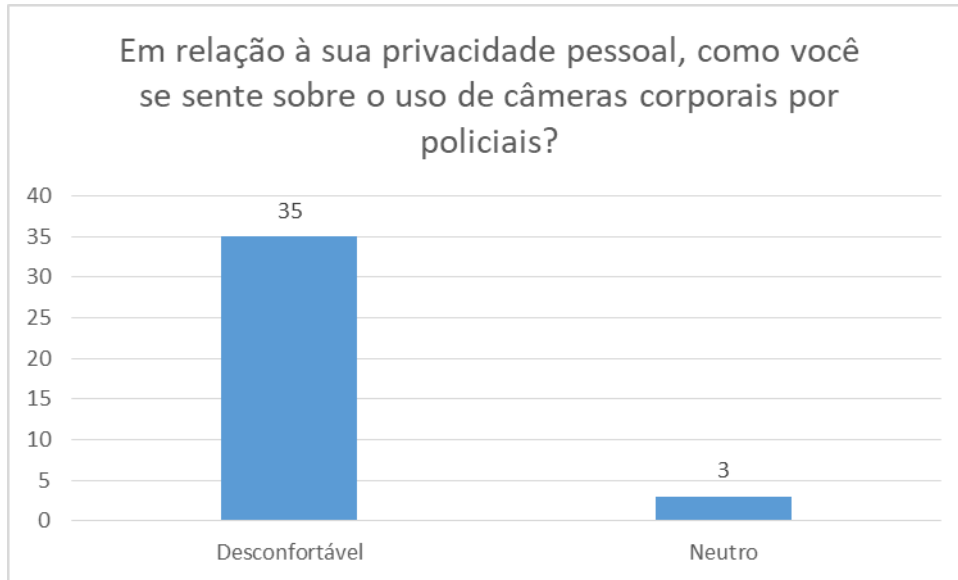
Gráfico 7: Nível de familiaridade



Fonte: O Autor (2024).

A grande maioria dos participantes (35) expressou desconforto em relação ao uso de câmeras corporais por policiais em relação à sua privacidade pessoal, de acordo com o gráfico 8.

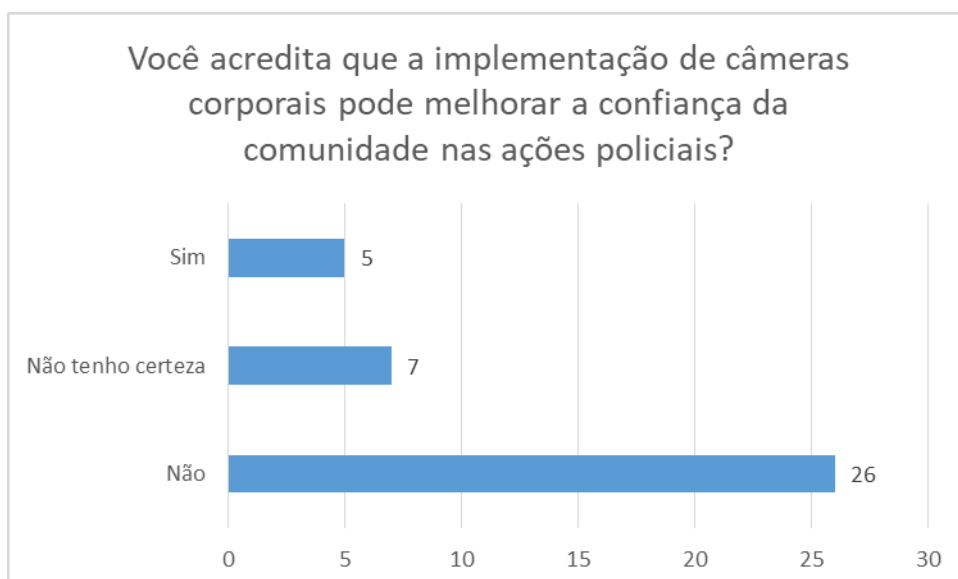
Gráfico 8: Privacidade pessoal



Fonte: O Autor (2024).

Quando questionados sobre a crença na capacidade das câmeras corporais de melhorar a confiança da comunidade nas ações policiais, a maioria (26) expressou ceticismo, enquanto 7 não tinham certeza e apenas 5 acreditavam que sim, de acordo com o gráfico 8.

Gráfico 8: Melhora da confiança da comunidade nas ações policiais



Fonte: O Autor (2024).

Os resultados evidenciam que a familiaridade prévia dos participantes com tecnologias de vigilância pode influenciar suas percepções sobre o uso de câmeras corporais. Isso reforça a necessidade de abordagens personalizadas na implementação dessas tecnologias, considerando as experiências individuais e a exposição prévia conforme Lima et al. (2022).

O desconforto expresso em relação à privacidade pessoal alinha-se às preocupações éticas discutidas na revisão teórica, destacando a importância de considerar mecanismos para mitigar essas preocupações, como diretrizes claras de uso e proteção de dados. A falta de consenso sobre o impacto na confiança da comunidade destaca a necessidade de uma abordagem holística na implementação de câmeras corporais, incluindo estratégias de comunicação para esclarecer os objetivos e limitações dessas tecnologias, alinhando-se à discussão de Zetek (2023) sobre a importância da comunicação transparente.

A análise dos dados revela uma diversidade de opiniões quanto à necessidade de treinamento específico para policiais no uso ético e eficaz das câmeras corporais. Um número significativo de participantes (17) concorda com a importância desse treinamento, enquanto 11 discordam. A indecisão de 10 participantes sugere a complexidade do tema, de acordo com o gráfico 9.

Gráfico 9: Uso ético eficaz



Fonte: O Autor (2024).

A aceitação das câmeras corporais pelos policiais é percebida de maneira ambígua entre os participantes. A divisão entre concordância (11), discordância (18) e neutralidade (9)

reflete a complexidade dessa questão discutida por Genghini et al. (2023) e Monteiro et al. (2022), de acordo com o Gráfico 10.

Gráfico 10: Aceitação do uso de câmeras



Fonte: O Autor (2024).

A maioria dos participantes (27) expressa ceticismo quanto à contribuição das câmeras corporais para a prestação de contas à sociedade, enquanto 6 concordam e 5 estão indecisos, de acordo com o gráfico 11.

Gráfico 11: Contribuição das câmeras corporais



Fonte: O Autor (2024).

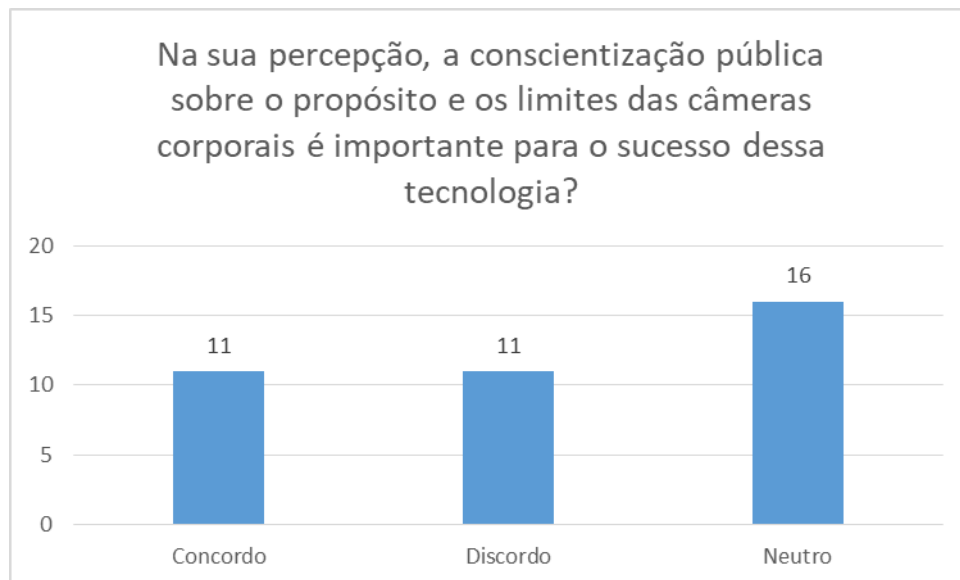
A divergência de opiniões sobre a necessidade de treinamento específico ecoa a necessidade destacada por autores como Greco (2020) de orientações claras sobre o uso dessas tecnologias. A implementação eficaz de câmeras corporais requer não apenas a tecnologia em si, mas também um entendimento ético e habilidades aprimoradas por meio de treinamento.

A ambiguidade na percepção da aceitação das câmeras corporais pelos policiais destaca a importância de estratégias de comunicação e engajamento discutidas por Monteiro et al. (2022). A resistência dos policiais pode impactar diretamente a eficácia dessas ferramentas, destacando a necessidade de abordagens sensíveis à cultura organizacional.

A desconfiança sobre a contribuição das câmeras para a prestação de contas destaca a complexidade da relação entre transparência e tecnologia, conforme discutido por Oliveira (2023). A implementação bem-sucedida requer não apenas a presença física das câmeras, mas também uma compreensão pública e confiança nas intenções por trás de sua utilização.

Os participantes apresentam opiniões divergentes quanto à importância da conscientização pública sobre o propósito e os limites das câmeras corporais. Onze concordam, onze discordam e dezesseis são neutros, de acordo com o gráfico 12.

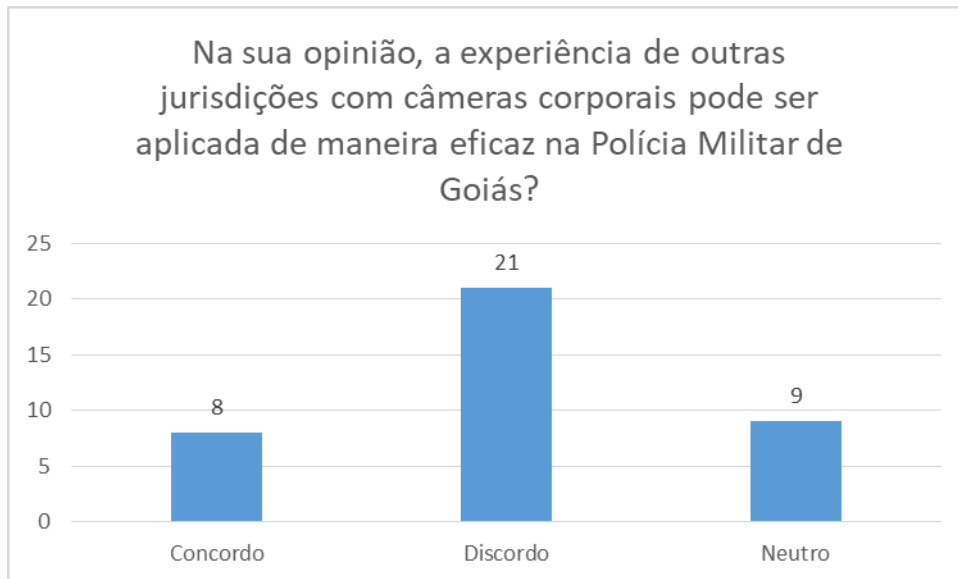
Gráfico 12: Importância da conscientização da comunidade



Fonte: O Autor (2024).

A maioria dos participantes (21) discorda da aplicabilidade eficaz da experiência de outras jurisdições na Polícia Militar de Goiás, enquanto apenas oito concordam, de acordo com o gráfico 13.

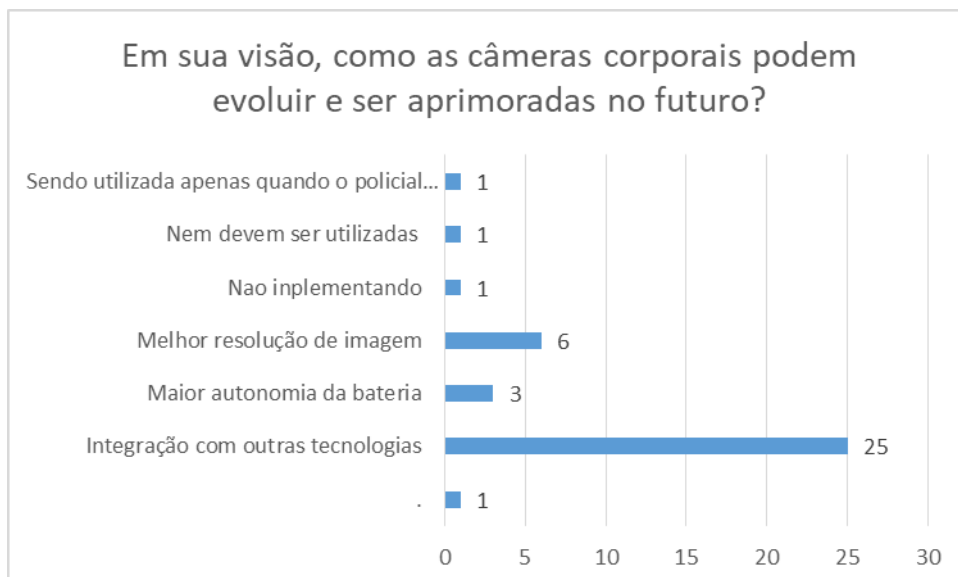
Gráfico 13: Experiência de outras jurisdições



Fonte: O Autor (2024).

A visão dos participantes sobre a evolução das câmeras corporais destaca a predominância da proposta de integração com outras tecnologias (25 participantes), de acordo com o gráfico 14.

Gráfico 14: Sugestões de aprimoramento

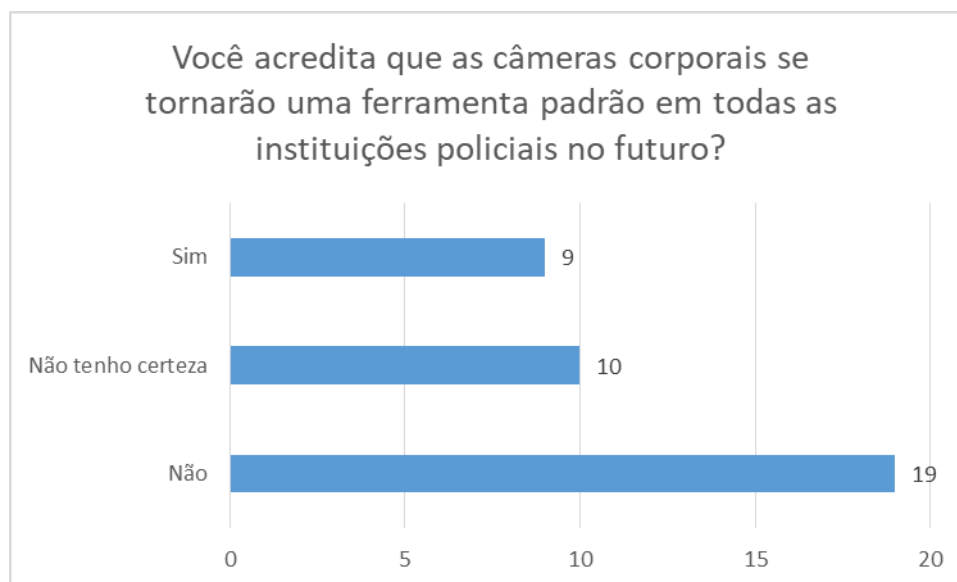


Fonte: O Autor (2024).

A incerteza sobre a padronização das câmeras corporais nas instituições policiais no futuro é notável. Dezenove participantes expressam ceticismo, enquanto nove acreditam que

se tornarão uma ferramenta padrão, de acordo com o gráfico 15. Essa indecisão reflete as discussões presentes na revisão teórica, destacando as complexidades na adoção generalizada dessas tecnologias e a necessidade de avaliar continuamente seu impacto e eficácia.

Gráfico 15: Possibilidade futura



Fonte: O Autor (2024).

A discordância sobre a aplicabilidade das experiências externas reforça a importância de abordagens contextuais na implementação de câmeras corporais. A compreensão da cultura organizacional e das demandas locais é imprescindível para o sucesso dessa tecnologia, como destacado por Monteiro et al. (2022).

A ênfase na integração com outras tecnologias como uma perspectiva de evolução alinha-se com a discussão de Genghini et al. (2023) sobre a necessidade de abordagens holísticas para enfrentar os desafios complexos enfrentados pelas instituições policiais. A incorporação de sugestões práticas, como maior autonomia de bateria, resolução de imagem e abordagens mais flexíveis, sugere uma preocupação realista com a aplicação e o impacto dessas tecnologias no campo.

A incerteza sobre a padronização reforça as incertezas em torno do futuro das câmeras corporais. Como discutido por Zetek (2023), a implementação bem-sucedida dessas tecnologias requer uma avaliação constante de seu desempenho, ajustando-se às necessidades e expectativas em evolução.

A análise das respostas indica que a maioria dos participantes acredita que as câmeras corporais podem reduzir a transparência das ações policiais e têm o potencial de

influenciar negativamente o comportamento dos policiais durante as interações com a comunidade. Essas percepções são necessárias para entender os desafios que podem surgir durante a implementação dessa tecnologia, destacando a necessidade de estratégias de comunicação e treinamento específicas.

No que diz respeito ao segundo objetivo, que busca abordar cenários e objetivos específicos em que as câmeras corporais se mostram importantes, os resultados sugerem que, apesar das preocupações iniciais, os participantes reconhecem a importância de treinamentos específicos sobre o uso ético e eficaz dessas câmeras. Essa constatação alinha-se com as discussões de Greco (2020) sobre a necessidade de abordar aspectos éticos no contexto da atividade policial.

As divergências em relação à aplicabilidade da experiência de outras jurisdições na Polícia Militar de Goiás, evidenciadas pelos resultados, apontam para a importância de considerar contextos locais ao implementar tecnologias semelhantes. A falta de consenso sobre a padronização futura dessas câmeras nas instituições policiais destaca a incerteza que cerca a evolução e aceitação dessa tecnologia.

Os resultados refletem a complexidade e a sensibilidade associadas à implementação das câmeras corporais na Polícia Militar de Goiás. A desaprovação inicial destaca a necessidade de estratégias de aceitação e esclarecimento público, enquanto a disposição para treinamento específico destaca uma oportunidade para moldar percepções e comportamentos futuros. A incerteza em relação à aplicabilidade de experiências externas e à padronização indica a importância de uma abordagem cautelosa e personalizada ao implementar essa tecnologia.

5 CONCLUSÃO

Com base nos resultados obtidos e nas análises realizadas, é possível concluir que a implementação das câmeras corporais na Polícia Militar de Goiás é um processo complexo que requer uma abordagem cuidadosa e holística. As percepções dos alunos soldados da Academia da Polícia Militar de Goiás revelaram uma variedade de preocupações e opiniões sobre o uso desses dispositivos, destacando desafios significativos que devem ser considerados.

Em primeiro lugar, a maioria dos participantes expressou uma opinião desfavorável em relação ao uso de câmeras corporais por policiais, destacando preocupações sobre

privacidade, transparência e possíveis impactos negativos no comportamento policial durante as interações com a comunidade. Essas preocupações refletem a necessidade de estratégias de comunicação e treinamento para esclarecer os objetivos e limitações dessas tecnologias, bem como para abordar questões éticas e de privacidade.

Como visto, houve divergências significativas na percepção sobre como as câmeras corporais podem influenciar a transparência das ações policiais, o comportamento dos policiais durante o treinamento e durante as interações com a comunidade. Isso destaca a complexidade das atitudes em relação a esses dispositivos e ressalta a importância de uma abordagem sensível e personalizada ao implementar essa tecnologia. Outro aspecto relevante é a importância do treinamento específico sobre o uso ético e eficaz das câmeras corporais. A maioria dos participantes reconheceu a necessidade desse treinamento, o que indica a importância de incluir aspectos éticos no treinamento policial para garantir uma implementação responsável dessas tecnologias.

Por fim, os resultados também destacaram a importância de considerar contextos locais ao implementar as câmeras corporais, uma vez que houve discordância em relação à aplicabilidade da experiência de outras jurisdições na Polícia Militar de Goiás e incerteza sobre a padronização futura dessas tecnologias. Isso ressalta a necessidade de uma abordagem contextualizada e flexível que leve em consideração as demandas específicas da comunidade local.

A implementação bem-sucedida das câmeras corporais na Polícia Militar de Goiás requer não apenas a tecnologia em si, mas também uma compreensão profunda das preocupações e perspectivas dos policiais e da comunidade. É essencial abordar questões éticas, oferecer treinamento adequado e adaptar a implementação às necessidades locais para garantir o uso responsável e eficaz dessas importantes ferramentas de aplicação da lei.

REFERÊNCIAS

CARRANÇA, Thais. **Câmera em farda policial reduz uso de força e prisões, diz estudo.** Reportagem Folha UOL. 1º.out.2021 às 7h39. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/10/cameraem-farda-policial-reduz-uso-de-forca-e-prisoos-diz-estudo.shtml>> Acesso em 05 out. 2022.

GENGHINI, Marco Aurélio Barberato; DE OLIVEIRA, Diogenes Wagner Silveira Esteves; FABRETTI, Humberto Barrionuevo. O uso da câmera operacional portátil (COP) na polícia

militar do estado de São Paulo: um diálogo entre segurança, privacidade e cidadania. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 24, n. 3, p. 273-304, 2023.

GRECO, Rogério. **Atividade policial**: aspectos penais, processuais penais, administrativos e constitucionais. 10. ed. Niterói-RJ: Impetus, 2020. 433 p.

JUNIOR, João Carlos Bonato. Uso De Bodycam Pela Polícia Militar Do Paraná: Uma Análise Incipiente Do Tema. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 3, n. 1, p. e311009-e311009, 2022.

LIMA, Renato Sérgio et al. Câmeras na farda reduzem a letalidade policial?. **GV-EXECUTIVO**, v. 21, n. 2, 2022.

MONTEIRO, Joana; FAGUNDES, Eduardo; GUERRA, Julia; PIQUET, Leandro. Avaliação do impacto do uso de câmeras corporais pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. **Fundação Getúlio Vargas - Centro de Ciência Aplicada à Segurança Pública**, [s. l.], p. 1-27, outubro 2022.

OLIVEIRA, Luiz Alberto. O uso de câmeras nas fardas de policiais. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 11, p. 29377-29386, 2023.

OLIVEIRA, Paulo Francisco; FÁVERO, Wiliam Celestino. A utilização de câmeras no fardamento policial e seus efeitos práticos. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 10, p. 67673-67692, 2022.

ZETEK, Gabriel Nuciatelli. **O reflexo da implementação das câmeras corporais policiais no Estado de São Paulo e suas dimensões sociais**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.